



**PROGRAMA 209  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

## PROGRAMA 209 - DESENVOLVIMENTO URBANO

Temas Estratégicos

Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Segurança Pública Cidadã • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica • Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido

Ementa

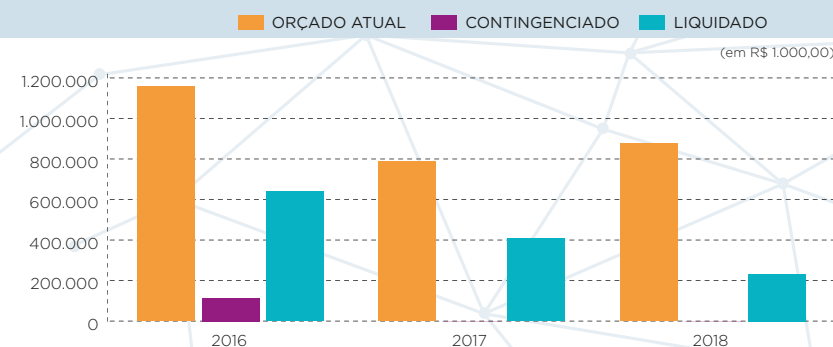
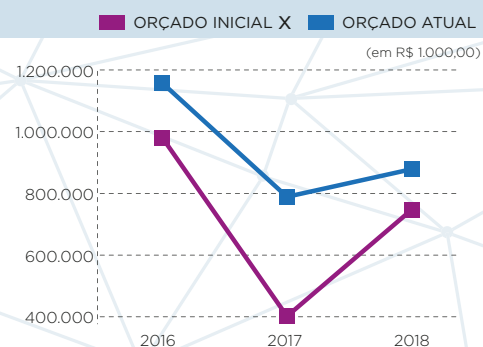
Melhoria da qualidade de vida urbana; Infraestrutura urbana; habitação; saneamento; mobilidade e acessibilidade; comunicação; serviços especiais; segurança pública; comunicação e proteção ao meio ambiente; turismo; fortalecimento da rede de cidades.

### Componentes do Programa

ÓRGÃO(S)	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SAEB	1	1	6	6
SEDUR	5	12	37	91
SEFAZ	0	1	1	1
TOTAL	6	14	44	98

### Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)

ANO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	980.500,08	1.157.679,57	113.900,00	640.127,59	640.055,91
2017	401.895,00	788.921,67	0,00	409.055,46	408.118,67
2018	747.045,00	878.431,82	0,00	232.100,82	225.946,09



DESEMPENHO DO PROGRAMA					
COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa - Ev <sub>IP</sub> (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa - Ex <sub>M</sub> (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa - Ex <sub>OFC</sub> (%)	Indicador de Desempenho de Programa - IDP (%)	Grau	Situação
83,33	67,62	54,14	71,21	3	<b>BOM</b>

#### Descritivo do Desempenho do Programa

### 1 INTRODUÇÃO

O Programa 209 – Desenvolvimento Urbano, conforme o PPA-P vigente, possui 14 Compromissos, 44 Metas e 6 Indicadores, cuja execução envolve 3 Órgãos (Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria da Administração – SAEB) e 12 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 7 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades (presente nos 14 Compromissos), a Gestão Governamental e Governança Socioeconômica (ambos presentes em 6 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em quatro Compromissos e cinco Metas, dizendo respeito a:

- Habitação de Interesse Social; e
- Revitalização do Centro Antigo.

### 2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Desenvolvimento Urbano apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **71,21%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **83,33%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **67,62%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **54,14%**.

## 2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de quatro Indicadores no sentido da sua polaridade e dois outros com evolução nula. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 - Número de Conselhos Municipais das Cidades;
- IP4 - Percentual de execução do Plano de requalificação urbana do Centro Antigo de Salvador;
- IP5 - Proporção de autuações em abordagens a veículos realizadas pelo Governo do Estado; e
- IP6 - Títulos de regularização fundiária emitidos para imóveis urbanos.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho nulo:

- IP2 - Número de equipamentos de infraestrutura implantados; e
- IP3 - Percentual de áreas do frontispício revitalizadas.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento - USP responsáveis, merece destaque o fato de que situações normativas e institucionais favoráveis, bem como a ocorrência de oportunidades e novas formas de atuação contribuíram para a realização de entregas relacionadas às respectivas variáveis que compõem tais Indicadores. Por outro lado, a insuficiência ou indisponibilidade de recursos, sejam orçamentários, financeiros ou organizacionais não favoreceram as ações e entregas necessárias para a evolução negativa do Indicador no sentido da sua polaridade.

Com relação à sua representatividade, observa-se que os Indicadores apresentam algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. Vale destacar que o desempenho nulo do indicador IP2 não corresponde ao desempenho das respectivas Metas do Compromisso ao qual está vinculado, visto que, das três Metas a ele associadas, duas apresentam execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus de Eficácia 3 e 4. O Compromisso, associado ao respectivo Indicador, é:

C12 - Implementar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador em suas dimensões urbano-ambiental, habitacional, social, cultural, turístico e econômico.

Ainda em relação à representatividade, todos os Indicadores do Programa são sensibilizados por, pelo menos, um Compromisso, sendo que três Indicadores (IP2, IP3 e IP4) são sensibilizados diretamente por um mesmo Compromisso (C12 - Implementar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador em suas dimensões urbano-ambiental, habitacional, social, cultural, turístico e econômico). Também merece ser observado o fato de que, dos 14 Compromissos do Programa, 10 (67,56%) não possuem vínculo direto a nenhum dos Indicadores, embora possam contribuir indiretamente para o comportamento do conjunto de Indicadores do Programa.

Vale registrar que esse componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores, que passaram a ter vigência a partir de 2018. São eles: IP1 e IP5.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 10 Metas (22,73% do total de Metas) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 7 Metas (15,91% do total de Metas) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 18 Metas (40,91% do total de Metas) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais nove (20,45% do total de Metas) têm execução igual a 100% e seis (13,64% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 9 Metas (20,45% do total de Metas) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e todas elas sem execução nos três exercícios do PPA (2016, 2017 e 2018). Pode ocorrer, no entanto, que algumas dessas Metas se encontrem em andamento, cuja execução será registrada em exercício posterior.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento - USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) oportunidades, parcerias ou formas de atuação não vislumbradas no momento do seu planejamento; ii) a ocorrência de demandas não previstas inicialmente; e iii) a existência de apurações acumuladas de exercícios anteriores. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão especialmente associadas à insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros e ao fato de que tais Metas se encontrarem em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que ainda não pode ser capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA-P em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 15 Metas (34,09% do total de Metas) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 11 Metas (25,00% do total de Metas), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 18 Metas (40,91% do total de Metas) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 13 (29,54% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 9 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 4 com Grau de Eficácia 1. Vale registrar que algumas dessas Metas podem se encontrar em processo de execução, com conclusão prevista para o final do PPA.

Considerando as 19 Metas relacionadas aos 4 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 10 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores.



res de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Desenvolvimento Urbano. Observa-se, por um lado, que o comportamento dos Indicadores do Programa apresenta maior vigor na Dimensão Resultado; por outro, apesar de 67,56% dos Compromissos não sensibilizarem diretamente nenhum Indicador do Programa, o seu resultado sobre o IDP é capturado pela Eficácia das Metas, observando que envolvem 56% das Metas.

## 2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia de Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **74,07%** em 2016, **58,33%** em 2017 e **30,00%** em 2018, resultando na média de **54,14%**. Vale destacar que, dos 14 Compromissos do Programa, 3 não tiveram execução orçamentária nos três exercícios do PPA. São eles:

- C3 – Implementar ações de planejamento e de integração da gestão pública das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado;
- C6 – Promover a implantação do Sistema Estadual de Mobilidade Urbana, por meio da instituição de políticas e planos de mobilidade urbana sustentável; e
- C10 – Apoiar o desenvolvimento urbano dos municípios baianos por meio da disponibilização de crédito

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual para os três exercícios e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 61,33%;
- 2017: 51,85%; e
- 2018: 26,42% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

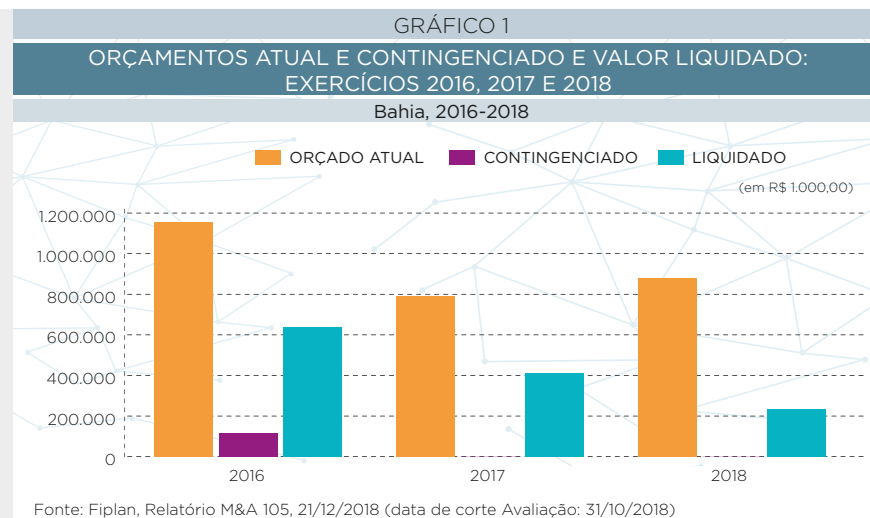
Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 70,00% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abarca, em média, 52,56% do valor do Orçamento Atual:

- C5 - Promover a mobilidade e acessibilidade por meio de implantação de infraestrutura e equipamentos necessários em áreas urbanas e rurais, valorizando o meio de transporte coletivo e não motorizado; e
- C7 - Promover o acesso à moradia digna nas áreas urbanas e rurais, visando a redução da inadequação habitacional, priorizando os segmentos populacionais e regiões de maior vulnerabilidade.

Sob a perspectiva da **Média da Execução Orçamentário-Financeira**, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 49,24% e 24,35%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com a maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem Metas com perfil de implantação de infraestrutura urbana, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionados a esses Compromissos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação, compreendendo 56,8% das Metas do Programa, possuem Metas cuja relação é, predominantemente, com a realização de apoios, projetos e outras ações que, em geral, não requerem maior volume de recurso.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é regular (**54,14%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Desenvolvimento Urbano é amenizado pela performance positiva dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais expressivo. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira, inclusive considerando o fato de três Compromissos não possuírem execução orçamentário-financeira no período, contribuem para o resultado desse Indicador.



É importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo.

### 2.3 Conclusão

O Programa Desenvolvimento Urbano alcançou um **Bom Desempenho**, apresentando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Apesar disso, dois aspectos merecem atenção e que sinalizam a necessidade de um acompanhamento das ações a elas relacionadas, com perspectiva de alcançar os resultados esperados: o primeiro diz respeito a 22,73% das Metas apresentarem uma execução inferior a 60% do que foi planejado para o exercício de 2018; o segundo refere-se ao fato de que 20,45% das Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no III ano do PPA-P, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e todas elas sem execução nos três exercícios do PPA (2016, 2017 e 2018).

Este desempenho se materializa, primordialmente, em ações voltadas à realização de obras de habitação e de urbanização integrada; implantação de obras de infraestrutura viária em centros urbanos, valorizando o meio de transporte coletivo; implantação de obras de requalificação urbana, destacando:

- implantação de passarelas e infraestrutura de acesso às estações de Metrô;
- duplicação e alargamento de Avenidas, no município de Salvador;
- implantação de ciclovias contíguas à Linha 2 do Sistema Metroviário Salvador/Lauro de Freitas - SMSLF, ao longo da Avenida Luís Viana Filho (Paralela);
- execução de obras de infraestrutura para implantação do Corredor Alimentador de Transporte I (Lobato-Pirajá-Gal Costa-Linha Azul);
- construção de novas unidades habitacionais e unidade sanitárias na localidade de Lagoa Grande/Coceição de Feira (Feira de Santana);
- construção de unidades habitacionais, nos municípios de Camaçari, Salvador e Simões Filho;
- realização de obras de pavimentação, infraestrutura, sinalização e vias de ligação, na localidade de Águas Claras, de obras complementares de urbanização, na localidade de São Bartolomeu, obra de urbanização da pista de borda de São João do Cabrito/Orla Azul e a obra de urbanização, produção habitacional e infraestrutura em Mangueira III (todas em Salvador); e
- implementação do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Salvador, com realização de obras de infraestrutura, pavimentação e requalificação.